

AS COLOCAÇÕES COMO FORMA SOCIAL, SISTEMA TECNOLÓGICO  
E UNIDADE DE RECURSOS NATURAIS.

MAURO W. BARBOSA DE ALMEIDA  
UNICAIP/IEA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 04000069

I

De acordo com dados de 1980, os seringueiros constituíam metade da força de trabalho rural acreana, gerando 33% do valor da produção não urbana, e utilizando 50% das terras do Estado. Utilizando dados do censo agropecuário é possível estimar entre 13.000 e 18.000 o número de colocações de seringueiros, dando emprego a 38.000 pessoas, e sustentando 100.000 moradores da floresta.

O tema dessa exposição é apresentar uma contribuição à discussão dos direitos dessa população como integrantes do país e do Acre.

Falar sobre o uso de recursos naturais por seringueiros apresenta uma dificuldade inicial. Os seringueiros são chamados de trabalhadores extrativistas. O extrativismo é associado automaticamente em nossos ouvidos ao sistema dos seringais e dos barracões. Virou sinônimo, assim, de atraso técnico, de dependência econômica, de degradação ambiental, de escravidão por dívidas, de privação de cidadania e de ideologia de terror.

Quero defender aqui a tese de que tal síndrome do extrativismo estagnado, dependente, predatório e repressivo deriva das relações sociais de distribuição e de poder nos seringais, e não do extrativismo enquanto modo de uso de recursos naturais e enquanto forma de vida. Com o colapso do mercado mundial para a borracha, a máquina extrativo-exportadora dos barracões tornou-se obsoleta. Com isso, os seringueiros tiveram que desenvolver, a partir de sua experiência camponesa, mas sobretudo apreendendo tecnologias indígenas, um modo de vida florestal, que dependesse ao mínimo de bens importados. Foi a origem do atual sistema das colocações.

Hoje, enquanto os seringais estão obsoletos, as colocações são o embrião de um modo de adaptação humana à floresta tropical que é social, ecológica e economicamente promissor. Coloca-se para os trabalhadores da mata, portanto, uma tarefa revolucionária e difícil: destruir o sistema

anacrônico dos seringais, e desenvolver o sistema das colocações. Abolir as relações sociais de patronagem, elevando a um novo patamar o manejo agroextrativista auto-sustentado criado pelos seringueiros.

Esse programa começou a se delinear ao final dos anos 70. Ele é uma revolução teórica e um reajuste de contas de nós, acreanos, com um passado onde o seringal se associa a sentimentos de identidade e de culpa. Meu antigo colega do Ginásio Acreano, Terri Vale de Aquino, hoje injustamente insultado por agentes mandados de longe para destruir os nossos índios, descobriu que os Caxinauá do Jordão, que a etnologia declarara extintos pela frente de expansão extrativista, haviam conseguido sobreviver, dotados de identidade étnica e de vontade de viver como Caxinauá, ao contrário do que alegam ignorantes que confundem sobrevivência com "aculturação" maliciosamente, para, com o argumento desta, anular aquela. Com o apoio do Terri, os Caxinauá revitalizaram-se enquanto povo e continuaram a ser seringueiros.

A antropóloga Mary Allegretti, que ouvira falar dos seringueiros através de Terri, surpreendeu aos que leram sua tese de mestrado ao encontrar no rio Tarauacá habitantes da floresta, nem índios nem camponeses, profundamente conscientes de sua condição de explorados pelo sistema de barracões, mas ao mesmo tempo identificados à vida na floresta, que não queriam abandonar. O sociólogo amazonense Carlos Teixeira explorou a dimensão simbólica e cultural da natureza na vida do seringueiro em outra tese de mestrado, sobre um seringal do rio Madeira.

Foi nessa época, em 1981, após os trabalhos pioneiros de Terri Aquino, Mary Allegretti e de Carlos Teixeira, que iniciei minha própria pesquisa no município de Cruzeiro do Sul. Por essa ocasião, porém, os empates dos seringueiros acreanos haviam tomado patente a aspiração, pelos seringueiros, de uma forma de vida florestal independente de patrões; tratava-se de obter o reconhecimento de seus direitos ao território, que é a base dessa forma de vida. É essa aspiração que o Conselho Nacional dos Seringueiros expressa quando reivindica a criação de reservas extrativistas.

Os seringueiros, em suma, afirmam que não são meros apêndices de uma instituição arcaica e em desaparecimento.

II

Vamos traduzir essa negação na forma de uma afirmação.

A unidade de uso de recursos da floresta não é o seringal, e sim a colocação e os grupos domésticos que a constituem. É na colocação que são tomadas as decisões relevantes sobre o volume e a variedade da produção, nível de povoamento e conservação ambiental. É uma unidade de manejo, uma forma de organização social e o lugar de uma cultura que os seringueiros criaram durante aqueles "cem anos de solidão" em que foram esquecidos pelo mesmo capitalismo que para cá os trouxe sem passagem de volta.

Falarei de colocações com base na pesquisa que realicei de setembro de 1982 a novembro de 1983, em doze meses de permanência em seringais do alto juruá. Trata-se de área de terra firme, já próxima à fronteira com o Peru, distante de uma semana por canoa da cidade de Cruzeiro do Sul e do hospital mais próximo, sem estradas ou ramais. Seu suposto proprietário nunca visitou o seringal, que é arrendado por curtos períodos a patrões locais que buscam lucros rápidos.

A vegetação é a floresta tropical densa, com áreas de tabocal; os solos, de acordo com o levantamento Radambrasil, são do tipo cambissolo eutrófico; o relevo é de colinas separadas por grotas e grotiões.

Distantes da margem do Juruá, esse seringal das cabeceiras tem temperatura amena, é livre de piuns e catuquins, e suprindo de água clara e fresca pelos igarapés e cacimbas. Estas são qualidades ambientais muito valorizadas pelos seringueiros de lá.

O seringal é constituído por um conjunto de colocações que ocupam cerca de 22.000 ha, divididos entre 26 colocações com uma média de 900 ha por colocação. Mapeei também cinco seringais contínuos a esse, cobrindo todas as cabeceiras do rio Tejo, e comprovando que essa densidade é superior à média.

Nas colocações, a média eram duas ou três casas ou grupos domésticos, com 6 membros em média. Assim, enquanto uma colocação ocupava 900 ha e 16-18 moradores, cada casa ocupava cerca de 340 ha, e 6 moradores. Isso dá uma densidade demográfica de 2 hab/ha<sup>2</sup>. Tal número, que pode parecer baixo, reflete um dos mecanismos mais importantes de controle ambiental e social das colocações, como mostrarei adiante.

A colocação pode atuar como uma equipe de caça, e como equipe de trabalho para certas tarefas coletivas; compartilha a casa-de-farinha, e agrupa seus roçados em colônias. A carne de caça é compartilhada ao nível da colocação, mesmo que tenha sido obtida por um dos grupos domésticos isoladamente.

Colocações próximas interligam-se por laços de parentesco, casamento, compadrio, cooperação e comércio; reúnem-se em mutirões e festas, sem respeitar fronteiras do seringal.

Essas formas de sociabilidade são importante para contrabalançar as tensões latentes entre vizinhos, alimentadas por acusações e fofocas em torno de questões de roçado (porcos x roça por exemplo), mulheres, caça e estradas. Essas tensões atuam no sentido de rarefazer as colocações que competem por recursos naturais limitados. Em suma: a sociedade das colocações está longe de ser reduzida às relações seringueiro-patrão.

Isso nos leva a nosso tema principal que é a colocação como unidade de uso de recursos naturais.

O recurso natural mais óbvio nas colocações são as seringueiras agrupadas em módulos que são as estradas de seringa. O destaque para esse recurso vem do fato de que ele constitui a base da pretensão de patrões à propriedade do seringal - embora, de fato, nenhum papel exerçam na abertura e conservação desses módulos de utilização de recursos. A "renda" é a expressão simbólica dessa pretensão.

Para os seringueiros, no entanto, a colocação é mais que um conjunto de estradas de seringa. É um microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas (farinha, tabaco, milho, café, açúcar), em carne, em materiais de construção de construção, e em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento.

Para realizar esse objetivo, uma colocação deve abranger um conjunto de diferentes recursos distribuídos por zonas ecológicas horizontalmente dispostas. Deve conter rios ou igarapés, com "poços" piscosos, praias, barrancos e terra firme; mata virgem com seringueiras, palmeiras e fauna abundante; solos de tipo "barro preto" ou "barro areiúsko" para seus roçados.

Na mata bruta são iniciados roçados todos os anos. Esses roçados (de mandioca e milho, mais bananeiras e outros itens) passam por ciclos de manejo que duram de três a seis anos, passando então ao estágio de capoeiras ainda produtivas por dois ou três anos; finalmente, as capoeiras são abandonadas por períodos de quarenta anos ou mais, revertendo à mata bruta.

Esse manejo combina-se a outros, como o dos campos de pastagens, que começam com roçados de arroz e situam-se na vizinhança das casas; das praias e barrancos para milho, melancia e feijão; do tabaco etc.

Os terreiros também compreendem, com o campo, a margem do igarapé e a orla da mata, uma unidade de manejo - compreendendo hortas, fruteiras, palmeiras, lenha e cultivos que o expandem. A criação doméstica tira partido dessa conjunção: os patos no igarapé, os porcos na mata e limpando os sujadores, as galinhas ciscando resíduos da mata, que incluem a lenha, etc.

A mata, que é fonte de terrenos para roçado, é também espaço de caça e de coleta com seu estoque bem conhecido e explorado pelos seringueiros que ao longo dos caminhos do roçado, das estradas de seringa e dos varadores conhecem cada madeira, cada oco de abelha, cada cacho de patuá ou açai, cada envira, cada varede de animal. Animais da mata alimentam, os moradores, cachorros e animais domésticos; também se alimentam dos roçados e das capoeiras. Observamos que o igarapé, o terreno, o campo, os roçados, as capoeiras e a mata se interligam em cadeias de equilíbrio delicado.

Roçados em demasia reduziriam o tempo de regeneração da mata e degradariam a floresta; animais demais representam predação dos roçados; porcos em demasia, ou gado, constituem outra ameaça aos roçados; muita caçada ou superexploração das seringueiras reduzem a produtividade desses recursos.

A extração pode ser em suma, degradativa.

A economia extrativa das colocações possui mecanismo de equilíbrio. O primeiro é baseado em alertas. Terreiros que empobrecem, pragas que invadem a casa, conflitos por estradas, caça excessiva e seringueiras improdutivas são motivos para abandonar uma colocação. Gado ou porcos excessivos são abatidos ou vendidos quando ameaçam roçados.

Esse primeiro tipo de mecanismo reduz a pressão dos recursos via diminuição da população, gerando um padrão desigual de ocupação das colocações, e permitindo "micro-santuários" para regeneração da caça e da floresta. Entre seringais áreas assim constituem verdadeiros refúgios. Tal mecanismo, porém, supõe que:

- Haja floresta disponível, acima da capacidade de sustentação de curto prazo;
- Não haja propriedade individual da terra.

É esse o fundamento da proposta de Reservas Extrativistas sem lotes de floresta individualmente possuídos por famílias; e com colocações como unidades de exploração.

Há dois outros mecanismos importantes de controle ecológico: tabus culturais e normas conservacionistas. Os seringueiros do Riozinho utilizam-se de cerca de 50 espécies animais silvestres distintas, mas evitam o consumo de 40 espécies ou variedades de mamíferos e aves. Alguns são tabus universais (mambira); outros são sazonais (o tatu negro outros discriminam uma variedade (paca-de-rabo); outros o estado do consumidor (tabus de gravidez, puerpério, doença etc.), enquanto outros são cultivados socialmente por ciúmes e acusações (panema, feitiço etc). São mecanismos que têm em comum a abstenção face à natureza - regra básica da tecnologia extrativa, diametralmente oposta à nossa ética consumista que crê que a natureza pode ser arbitrariamente alterada sem custos.

Um terceiro e importante mecanismo conservacionista são as normas. Estas podem ser obrigatórias (caso das normas de corte de seringueiras), consensuais (caso de normas do uso do pató, bacaba, copaíba etc) e não consensuais (caso de caça de filhotes e de vendas, por exemplo).

O problema que os seringueiros enfrentam é tornar obrigatórias e consensuais tais normas, explorar com mais liberdade seus recursos "proibidos" e adotar políticas conscientes de controle da população.

A exposição anterior sobre o uso de recursos naturais na colocação não teve a intenção de fazer a apologia do preservacionismo de índios e seringueiros. Eles saberiam fazê-lo melhor do que eu.

O problema que as reservas extrativistas terão e considerar é, por exemplo, como redistribuir as famílias na colocação sem arbítrio, quando a qualidade de vida elevar-se notavelmente nelas, sobretudo se as "reservas" converterem-se em ilhas num mar de colonos miseráveis; como controlar as pressões da caça, quando o tempo livre for maior, sem fiscais do IBDF; como substituir tabus por um uso flexível de recursos. Acina, disse que era preciso destruir o seringal, conservando as colocações. Trata-se também de implantar nestas formas de poder de seringueiros, a partir dos quais seringueiros se organizem e substituam o barracão como sede de poder.

### III

A questão que poderia ser agora colocada é: tal equilíbrio é uma situação desejável? Apesar de ecologicamente estável, caso "tudo dê certo" a economia agroextrativista de seringueiros é capaz de sustentá-los em níveis adequados e a custos razoáveis? Não interessaria, de fato, manter um equilíbrio de fome e super-trabalho.

Para propiciar uma discussão desse ponto, darei alguns dados sobre a economia doméstica das colocações, sem pretender construir um modelo de validade geral.

Cada casa, possuía roçados em três fases: um em implantação, outro em amadurecimento e outro, o "arrancador", sendo convertido em farinha, talvez replantado por um ou dois anos.

Esse sistema pode produzir, sem degradação, e abaixo de sua "capacidade", cerca de 2.500 kg de farinha, enquanto o consumo de uma

família média girava em torno de 1.200 kgs de farinha. Parte dessa farinha ia para a alimentação de cães, enquanto outra parte era depreendida por pacas ou cotias.

Esses roçados exigiam cerca de 30 dias de trabalho por casa, distribuídos entre julho e setembro. Isso significa uma semana de dois a três dias semanais no roçado, e uma jornada de trabalho de 5 a 6 horas em média. Para transformar a mandioca em farinha cada unidade doméstica necessitava ainda de pelo menos duas farinhações mensais, com um custo anual de cerca de 50 dias de trabalho doméstico. Somando o trabalho dos roçados ao trabalho na casa-de-farinha, pode-se apresentar uma estimativa de cerca de 80 dias para o abastecimento de uma família com farinha.

A caça (de porcos, veados, tatus) representava uma fonte de pelo menos 180 kgs. de carne anuais por casa, numa área de 340 ha em média. Consideramos nesse cálculo a caça de animais escolhidos para amostragem, sem incluir vários tipos de embiara e as aves do terreiro. Essa produção requeria um número de cerca de 50 dias anuais de caça (isto é, dias cuja atividade principal era a caça) por família, resultando em cerca de 150 gr. de carne por dia por cada membro da família.

A produção de borracha era em média de 600 a 700 kgs. anuais por casa, exigindo de 80 a 100 dias de trabalho anual, incluindo nisso os dias de preparo da estrada e de corte efetivo. Com essa produção, à época da pesquisa uma casa poderia pagar a renda e adquirir a estiva básica, isto é, o mínimo de mercadorias necessárias à vida e ao trabalho, tais como sal, sabão, querosene, munição etc.

Observe-se, porém, que havia grande variação entre as casas. Os números acima são médias que não traduzem de fato as decisões efetuadas por cada grupo familiar. Nosso objetivo foi mostrar que, com uma quantidade anual de cerca de 210 dias anuais da família, em média, essa podia suprir suas necessidades de alimentação, respeitando ao mesmo tempo o equilíbrio ecológico das colocações,\* e adquirindo bens importados básicos para seu estilo de vida. Além disso, algumas casas, com maior número de membros ativos, ou com determinadas condições de localização, podiam produzir até 1.600 kgs. de borracha, enquanto outras implantavam grandes roçados. Assim, algumas casas podiam, além de produzir um mínimo de alimento e de mercadoria, obter meios para comprar um boi, ou um motor a gasolina, ou rádios, vitrolas, máquinas de costur. e outros itens.



Outras casas preferiam fazer menos borracha e adquirir menos itens importados, concentrando seus esforços em roçados amplos que garantiam, por exemplo, a fartura e a hospitalidade, reforçando o prestígio de seus moradores. Havia, finalmente, seringueiros qualificados como "preguiçosos" pelos patrões, e que de fato investiam mais de seu tempo na caça e na pesca.

Esses dados indicam que, mesmo num seringal de tipo tradicional, onde a economia das colocações é subordinada às relações de dívida com um barracão, os seringueiros conseguiram conquistar uma razoável margem de autonomia na organização de seu tempo e na utilização de seus recursos. Eles reagiam de várias maneiras às tentativas do patrão de restringi-los a uma atividade especializada e dirigida apenas para a produção de borracha.

Assim, do ponto de vista do barracão o seringal sub-utilizava os recursos. Apenas dois terços das estradas eram arrendadas. Os seringueiros cortavam em média quatro dias semanais durante cerca de 60 dias anuais. Quando aumentavam os trabalhadores numa casa, cada um individualmente reduzia a intensidade do trabalho. Para os seringueiros, ampliar unilateralmente a produção de borracha significava abandonar os roçados e a caça e, conseqüentemente, anarrar-se ao débito no barracão. Eles lutavam contra os preços abusivos explorando os recursos da colocação de forma diversificada. O que para os patrões significava baixa produção, para os seringueiros significava decisões ecológicas (não aumentar a população) e econômicas (manter a diversificação produtiva das colocações). A estratégia dos seringueiros consistia em tornar máximo a diversidade de seu nicho ecológico, e utilizá-la para aumentar o bem-estar de suas famílias.

O interesse dos patrões, ao contrário, era o de aumentar a produção a curto prazo. Conseqüentemente, estes exerciam pressão no sentido de aumentar o número de seringueiros, de aumentar a produção por estrada, e de expulsar os seringueiros considerados como "preguiçosos". Usavam para isso meios que iam desde a

cobrança de preços abusivos ao emprego de tropas policiais para cobrar débitos atrasados dos seringueiros, ao lado da perseguição aos marreteiros. Essas pressões sobre a economia agroextrativa das colocações significam ao mesmo tempo pressão sobre os recursos naturais (deprecação) e pressão sobre os recursos humanos (superexploração). Os seringueiros resistiam à deprecação ecológica não apenas por amor à natureza, mas também para resistir assim à deprecação de seu próprio trabalho.

Nesse ponto, torna-se claro que questões de manejo ambiental e de viabilidade econômica tornam-se questões políticas. Para lutar contra a taxa crescente de degradação ambiental e contra a tendência ao aumento da taxa de exploração de seu trabalho, os seringueiros já resolveram substituir o sistema das barracões pelo controle livremente exercido sobre suas florestas, através da implantação de reservas extrativistas. Para isso precisam de aliados políticos -- assim como os patrões, que sempre foram beneficiados, por exemplo, com subsídios de todo tipo para continuarem exercendo seu monopólio comercial. Para os seringueiros não se trata de pedir subsídios. Trata-se de obter o reconhecimento de seus direitos enquanto usuários dos recursos da floresta e produtores extrativistas.